

Projeto de Integração de Busca Ativa – PIBA

1. Introdução

O presente plano trabalho objetiva estabelecer as linhas gerais de execução do Projeto de Integração de Busca Ativa (**PIBA**) de potenciais beneficiários do Programa Bolsa Família (**PBF**) a serem registrados no Cadastro Único (**CadÚnico**). O **Programa Bolsa Família** é a maior política de transferência de renda do Brasil e objetiva reduzir a pobreza e a fome no país. Criado inicialmente em 2003 e recriado em 2023, o PBF é reconhecido internacionalmente por conceder a famílias brasileiras um conjunto de benefícios integrados que consideram as diferentes características dos domicílios brasileiros, integrando a garantia de uma renda básica a outras políticas públicas de acesso à saúde, educação e assistência social.

O Cadastro Único para Programas Sociais ou **CadÚnico** é uma plataforma que reúne os dados das famílias de baixa renda no Brasil utilizado pelo Bolsa Família para identificar os potenciais beneficiários da política. Criado em 2001, o CadÚnico serviu de base para a unificação de diferentes políticas de assistência social antes da construção do Bolsa Família. Embora ambos os programas sejam de autoria e gestão do Governo Federal, o cadastramento das famílias é de responsabilidade dos municípios. Dentre as informações coletadas no Cadastro, merecem destaque as características do domicílio, sua composição familiar, os documentos civis de cada membro da família, grau de instrução escolar e qualificação profissional, bem como a situação no mercado de trabalho, rendimentos e as despesas familiares.

Para monitorar a cobertura do Programa Bolsa Família, o governo federal criou em 2006 o Índice de Gestão Descentralizada (**IGD**) que busca medir o desempenho de cada município no processo de alimentação do CadÚnico e, sobretudo, determinar o montante de recursos financeiros a serem repassados aos municípios pelo PBF.

A Busca Ativa é particularmente sensível quando se trata da incorporação ao CadÚnico dos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (**GPTE's**), como os membros de famílias indígenas, famílias quilombolas, famílias ciganas, famílias pertencente à comunidades de terreiro, famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias ribeirinhas, famílias de agricultores, famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário, famílias acampadas, famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, famílias de catadores de material reciclável, famílias de refugiados, em especial a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil.

Tendo em vista essa estrutura institucional, é fundamental que os municípios estabeleçam parcerias de diferentes tipos para não apenas garantirem a atualização periódica do Cadastro Único e o pagamento adequado dos benefícios do Programa Bolsa Família, mas também a **Busca Ativa** de potenciais beneficiários ainda não contemplados. Este Plano de Trabalho estabelece os objetivos e eixos gerais do Projeto de Integração de Busca Ativa (**PIBA**) de famílias potencialmente beneficiárias do Programa Bolsa Família não registradas ou parcialmente contempladas pelo Cadastro Único, com vista a uma melhora do **IGD nos** municípios do Estado do Rio de Janeiro. A busca ativa é um instrumento que aproxima o Estado da pessoa que não tem acesso ou não desfruta de determinados serviços públicos e/ou vive fora de qualquer rede de acolhimento e promoção social. Ressalte-se que a busca ativa não acontece na atuação pautada exclusivamente na demanda espontânea, porque nesse caso a pessoa procura a assistência social por livre e espontânea vontade.

Para tal, este projeto se baseia numa parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (**UERJ**) com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (**SEDSODH**). A Universidade do Estado do Rio de Janeiro é uma instituição de ensino superior pública, com mais de 70 anos de existência e longa experiência em projetos de pesquisa e extensão, sobretudo em parcerias com outras instituições governamentais e da sociedade civil como um todo. Já a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (**SEDSODH**) tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de assistência e responsabilidade social, além da promoção de políticas para mulheres, defesa e garantia dos direitos humanos.

2. A UERJ

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (**UERJ**) é uma instituição de ensino superior pública, com mais de 70 anos de existência e amplo reconhecimento nacional e internacional como instituição de excelência nas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. Fundada em 1950 a partir da fusão de diferentes faculdades já em operação, a UERJ possui inúmeros centros de excelência, além de ter sido pioneira nas políticas de inclusão social como as cotas sociorraciais e diferentes programas de permanência universitária.

Hoje, a universidade é constituída de 19 campi e unidades externas, que atendem a cerca de 38 mil alunos e alunas, distribuídos em 80 cursos de graduação, 111 cursos de graduação e mais de mil projetos de extensão, todos coordenados por mais de 3 mil docentes e 5 mil servidores. Todas essas atividades são realizadas com o apoio de inúmeros convênios e projetos interinstitucionais com diferentes entidades governamentais e da sociedade como um todo.

No que se refere às atividades extensionistas, a condição de instituição estadual confere à UERJ um forte compromisso com o desenvolvimento regional, que se materializa em uma intensa atividade de extensão. Ao longo dos anos, a Universidade tem colaborado para a construção de políticas públicas por meio de projetos destinados a melhorar as condições de vida da população fluminense. Atualmente, estão em execução: mais de 900 projetos de extensão, mais de 250 turmas de cursos, 33 programas, centenas de eventos e oficinas junto às comunidades fluminenses. No que tange as áreas geográficas de atuação extensionista dentro do Estado Fluminense, os principais locais de atuação dos Projetos de Extensão são: Angra dos Reis, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaperuna, Itatiaia, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Paraty, Petrópolis, Quissamã, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Teresópolis.

3. A Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH)

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (**SEDSODH**) tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de assistência e responsabilidade social, além da promoção de políticas para mulheres, defesa e garantia dos direitos humanos. No âmbito do Governo do Estado do Rio de

Janeiro, é composta pelas Subsecretarias: Subsecretaria de Políticas para Mulheres; Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos; Subsecretaria de Gestão do SUAS; Subsecretaria de Prevenção à Dependência Química; Subsecretaria de Articulação Política; e a Subsecretaria de Governança, Compliance e Gestão.

Para dar sua contribuição na inclusão das camadas menos favorecidas da população do Estado, a SEDSODH visa promover recursos humanos em todos os níveis, sobretudo em programas de extensão científica e tecnológica. Dessa forma, para possibilitar o acesso e promoção de direitos humanos e da assistência social, por intermédio de uma educação pública de qualidade, a SEDSODH estabelece parceria com a Universidade, com entidades do segundo e terceiro setor.

4. Contextualização e Justificativa

O Programa Bolsa Família (**PBF**) é um dos maiores e mais bem sucedidos programas de transferência de renda e luta contra a pobreza do mundo. Vigente entre 2003 e 2021, o programa contemplou quase um quinto da população brasileira, mas custou em média menos de 1% do PIB. Há uma relativa convergência na literatura especializada em relação ao seu efeito de redução da pobreza, especialmente da pobreza extrema, e dos efeitos positivos de suas condicionalidades, sobretudo das exigências de frequência escolar para as crianças e atualização do cartão de vacina.

Apesar disso, o programa foi descontinuado em 2021 e substituído por outros modelos de transferência de renda, sobretudo o Programa de Auxílio Emergencial e o Programa Auxílio Brasil. O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 e consumiu proporcionalmente mais recursos que o Bolsa Família. Já o Auxílio Brasil foi uma tentativa do governo em rotinizar as transferências realizadas na pandemia, ainda que em um patamar menor.

Apesar do aumento dos repasses, os dois programas que sucederam o Bolsa Família criaram problemas crônicos e tiveram efeitos limitados. O fim de uma ênfase nas famílias com vários membros em prol da concessão de benefícios individuais incentivou o registro de indivíduos, o que certamente reflete a divisão de unidades domiciliares maiores em núcleos menores. Isso diminuiu sensivelmente a operabilidade do Cadastro Único, colocando em xeque a validade de suas informações. Outro problema dos Auxílios foi o

fim das condicionalidades, o que reduziu sensivelmente o poder multiplicador dos programas de transferência de renda.

Por tudo isso, o governo retomou o Programa Bolsa Família em 2023, com seu desenho focado em famílias de vários membros e com o retorno das condicionalidades. Mas apesar de buscar editar uma experiência testada e bem-sucedida no passado, essa reedição do Programa Bolsa Família enfrenta desafios renovados. O principal deles tem a ver com as deficiências acumuladas nos últimos anos nos registros do Cadastro Único, base para o bom funcionamento do Programa. Vale mencionar que o município do Rio de Janeiro apresenta um dos piores IGDs dentre as capitais brasileiras.

Nesse sentido, o Projeto de Integração de Busca Ativa (PIBA) pode assumir um papel central na recomposição do Cadastro Único e na maior cobertura e efetividade do Bolsa Família. Para além disso, ele pode gerar importantes avanços, não apenas para a universidade, mas para toda a sociedade. A realização de projetos que combinam pesquisa e extensão como esse podem contribuir para a formação de recursos humanos altamente qualificados, que são essenciais para o desenvolvimento do país. A experiência de trabalhar com situações tão complexas pode proporcionar aos colaboradores e estudantes uma formação acadêmica e profissional única, que pode ser aplicada em diferentes áreas de atuação. Ademais, a universidade possui interesse institucional legítimo na realização de projetos de pesquisa e extensão, o que contribuirá significativamente para o avanço do conhecimento social, acadêmico, político e financeiro, além de formar recursos humanos altamente qualificados.

Por intermédio da busca ativa é possível localizar e incluir no Cadastro Único as famílias que vivem em circunstâncias de privação socioeconômica e vulnerabilidade social. Também é possível mantê-lo atualizado, o que é importantíssimo, visto que o cadastro único é a abertura para vários Programas Sociais do Governo e funciona como uma referência e direção para que ele possa compreender e tentar suprir os anseios básicos da população.

O Projeto de Integração da Busca Ativa (**PIBA**), priorizará os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (**GPTE's**) e se dará no contexto, de fomento ao desenvolvimento social, fortalecimento da capacidade dos municípios junto à Gestão do Cadastro Único, enfrentamento de dificuldades de inclusão social e de menores patamares de renda. Ou seja, as parcelas mais vulneráveis e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento, com foco na busca ativa. A busca ativa de Grupos Populacionais

Tradicionais Específicos (GPTE's) é uma importante área de pesquisa e extensão, que visa aprimorar a compreensão e a atuação em relação a esses grupos. Para que essa busca seja efetiva, é essencial que sejam estabelecidos projetos de pesquisa e extensão bem estruturados e integrados.

A pesquisa é o primeiro passo para a busca ativa de **GPTE's**. Ela é essencial para compreender as características desses grupos, suas necessidades e desafios, bem como as melhores estratégias para abordá-los. Os projetos de pesquisa podem envolver a coleta de dados por meio de entrevistas, observação participante ou outras metodologias qualitativas e quantitativas. Esses dados ajudarão a formar um quadro mais completo dos GPTE's e a direcionar as atividades de extensão.

A extensão é a etapa seguinte, que busca aplicar os resultados da pesquisa para promover mudanças efetivas nos GPTE's. A extensão pode incluir atividades como programas de educação, capacitação e treinamento, assistência técnica, desenvolvimento de tecnologias apropriadas e outras formas de intervenção. Os projetos de extensão devem ser desenvolvidos em colaboração com os GPTE's, de forma a garantir que suas necessidades e desafios sejam abordados de forma efetiva e participativa.

A relação entre projeto de pesquisa e extensão é essencial para garantir a efetividade da busca ativa de GPTE's. A pesquisa fornece a base de conhecimento necessária para o desenvolvimento de projetos de extensão eficazes, enquanto a extensão ajuda a aplicar os resultados da pesquisa na prática. Juntos, esses dois tipos de projetos formam um ciclo contínuo de aprendizado e aplicação, que pode ajudar a melhorar a qualidade de vida dos GPTE's.

5. Objetivos

5.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto é diagnosticar os motivos que levam às deficiências do Cadastro Único (**CadÚnico**) e do conseqüente baixo desempenho dos municípios do Estado do Rio de Janeiro no Índice de Gestão Descentralizada (**IGD**) e iniciar o planejamento de iniciativas para solucionar essas deficiências. Nesse sentido, trata-se de um projeto que envolve a produção de diagnóstico oriundo de pesquisa acadêmica

rigorosa mas com vistas ao planejamento de atividades de impacto social via extensão universitária.

5.2. Objetivos específicos

- Construir um diagnóstico dos problemas e deficiências que atingem o Cadastro Único dos domicílios do Estado do Rio de Janeiro a partir do cruzamento de diferentes bases de dados como o próprio Cadastro, dados produzidos pelo IBGE e outras fontes diversas;
- Identificar experiências positivas de busca ativa em outros momentos e contextos regionais através de uma revisão bibliográfica que sirvam de parâmetro para iniciativas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- Compreender em quais itens do Índice de Gestão Descentralizada os principais municípios do Estado do Rio de Janeiro tem pior desempenho com vistas à sua melhoria futura;
- Identificar as regiões do Estado do Rio de Janeiro menos assistidas e cobertas pelo Programa Bolsa Família.
- Identificar os principais grupos sociais, particularmente os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's) mais vulneráveis e menos atingidos pelo Bolsa Família;
- Identificar as razões específicas que levam determinados grupos sociais, particularmente os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's), a não se beneficiarem a contento pelo Bolsa Família;
- Planejar cartilhas e capacitações para gestores de políticas públicas, sobretudo aqueles lotados em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela atualização dos dados no Cadastro Único.
- Planejar cartilhas e outras iniciativas de sensibilização de potenciais famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

6. Eixos

6.1. Eixo 1: Processamento de Dados Quantitativos

O objetivo geral desta frente do projeto é realizar um diagnóstico sobre a cobertura dos cadastramentos de famílias para o CadÚnico no município do Rio de Janeiro. Para tal, pretendemos analisar as bases de dados disponíveis e relacionadas ao PBF como Censo, PNADC, CadÚnico etc. com o objetivo de mapear a incidência de erros de inclusão e exclusão de famílias, bem como identificar, nos territórios do Estado do Rio de Janeiro, áreas com carência de cobertura e problemas de focalização socioeconômica.

A ideia é produzir análises agregadas combinando dados do Cadastro Único e de pesquisas socioeconômicas do IBGE (em especial PNADC 2012-2023 e POF 2017/8). O intuito é identificar, de forma agregada, problemas de focalização: i.e., a magnitude dos erros de inclusão e exclusão. Cobriremos o período de 2012 a 2023, com o intuito de descrever as dinâmicas da pobreza e da demanda por política social inauguradas com a crise econômica de 2014, seguida por período de estagnação do emprego e depois pela pandemia de Covid-19. Uma vez que tais dinâmicas atingiram grupos sociais de forma diferencial, todas as análises serão realizadas com recortes de raça e gênero.

Numa segunda etapa, faremos análises espaciais e um diagnóstico socioeconômico das regiões da cidade, cruzando com dados do CadÚnico e, eventualmente, outras informações administrativas da Assistência Social. O propósito é contrastar a evolução da pobreza e as dinâmicas sociais com a atuação das equipes, o ritmo de cadastramento e a cobertura de programas sociais. Identificaremos, assim, localidades específicas que concentram problemas de focalização. Assim como na etapa anterior, todas as análises serão realizadas com recortes de raça e gênero.

O projeto prevê a consultoria de especialistas (com notório saber e destaque nacional em seus campos de atuação). Pretendemos discutir nossas estratégias de investigação, métodos e resultados com os consultores ao longo de todo processo, como forma de validação de todos os procedimentos. Prevemos reuniões mensais com os consultores para apresentar resultados parciais, garantindo continuamente a qualidade das entregas.

6.2. Eixo 2: Interação com Favelas e outras Áreas Sensíveis

O objetivo geral desta frente do projeto é realizar um diagnóstico qualitativo sobre cadastramentos de famílias para o CadÚnico em favelas do Estado do Rio de Janeiro. O

intuito é identificar, de forma detalhada, problemas de cadastramento do Bolsa Família a partir da escuta e do mapeamento de experiências de moradores de favelas localizadas em diferentes áreas do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, um segundo objetivo é mapear instituições, lideranças e redes locais que possam ajudar no mapeamento desses problemas ou mesmo colaborar para construção de ferramentas para melhorar os cadastramentos das famílias para o CadÚnico em favelas.

Em uma primeira etapa essa frente de trabalho escolherá favelas espalhadas em diferentes regiões da cidade. Serão levadas em consideração para escolha não só a zona da cidade onde se inserem, mas também tamanho das favelas, modalidades de presença estatal e criminal nos territórios, visando assim incluir na pesquisa territórios com características variadas. Em cada um desses territórios, a equipe fará, inicialmente, trabalho de campo, com observação participante em espaços públicos relevantes para compreender o tipo de presença estatal em cada localidade, além das dinâmicas políticas locais.

A partir da observação participante e contato com o cotidiano dessas favelas, em uma segunda etapa, serão realizadas entrevistas em profundidade com moradores de cada um desses territórios. Os blocos de entrevistas serão divididos em dois grandes grupos de cada favela: a) moradores que já possuem cadastro no bolsa família visando compreender como foi a experiência de cadastramento; b) moradores que não possuem cadastro para mapear possíveis dificuldades, falta de informações ou questões que não os levaram a realizar cadastro. Incluiremos em cada um desses grupos, entrevistados com perfis variados levando em consideração faixa de renda, gênero, raça, geração, ocupação, religião, entre outros marcadores sociais.

Em uma terceira etapa da pesquisa será feito um levantamento de associações, Ongs, grupos, coletivos, projetos, redes e lideranças reconhecidas como importantes em cada localidade. A partir desse mapeamento, serão realizadas entrevistas em profundidade com lideranças visando compreender a relação dessas instituições com CRAS e outros órgãos estatais.

Além disso, a partir dessas entrevistas com lideranças, será feito um mapeamento de grupos locais que produzem dados sobre favelas cariocas. Durante a pandemia, vários grupos fizeram, por exemplo, levantamento de dados das famílias mais necessitadas que

precisavam de ajuda para orientar a distribuição de cestas básicas, de máscara e material de limpeza ou outros tipos de auxílio. Mapear tais experiências de organização comunitária e levantamento de dados produzidos pelos próprios moradores, pode futuramente orientar a elaboração de ações de extensão visando aproximar a atuação do CRAS e dessas lideranças que já atuam produzindo dados nas favelas e mobilizando moradores. Essa parceria pode contribuir para reduzir a desinformação ou dificuldade associados ao cadastramento de famílias que deveriam estar sendo contempladas pelo bolsa família.

Vale lembrar que segundo uma prévia dos dados do Censo Demográfico 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, em um total de 6,6 milhões de domicílios. Desde o último censo, houve uma expansão de cerca de 40% no número de brasileiros morando em favelas.

O Rio de Janeiro concentra algumas das maiores favelas do país. Segundo dados do Censo de 2010, existem 763 favelas na cidade. Cerca de 22% da população da cidade do Rio de Janeiro mora em favelas, sendo a capital fluminense o município com o maior número de moradores favelados do Brasil, 1.393.314 habitantes. Mapear o crescimento desse grande contingente populacional é muito importante e difícil. Por isso, diante da baixa coleta de dados nos territórios de favelas, diferentes estratégias foram adotadas pelo IBGE. Uma delas foi a criação do projeto chamado “Favela no Mapa”, um esforço conjunto do governo federal, do Instituto Data Favela e da Central Única das Favelas (CUFA) para intensificar o trabalho de recenseadores nestas localidades. A ideia era que líderes comunitários dessas localidades deveriam servir de guias e ajudar a sensibilizar os moradores quanto à importância do Censo Demográfico.

Experiências como essa mostram a importância de parcerias e articulações entre órgãos estatais e grupos locais para produção de políticas públicas ou mesmo de uma atuação mais qualificada do poder público nas favelas. Por isso, a atual frente investirá não só na produção de um diagnóstico dos problemas de cadastramento nas favelas, mas também na realização de um mapeamento de grupos, lideranças e redes que atuam nesses territórios que pode servir como subsídio para orientar iniciativas de extensão que serão desenvolvidas pelo projeto futuramente.

6.3. Eixo 3: Capacitação e interação com os CRAS

Um objetivo fundamental do PIBA é compreender o fluxo e a dinâmica dos serviços de Assistência Social oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para isso, faremos primeiramente análises quantitativas a partir de dados administrativos municipais sobre o funcionamento e fluxo dos atendimentos e também microdados do Censo SUAS. De forma complementar, pretendemos fazer entrevistas qualitativas com gestores e funcionários da Assistência Social com vistas a mapear as dificuldades práticas implicadas nas rotinas e gargalos da política. Desejamos também investigar as dinâmicas de buscas ativas para cadastramento e como as famílias respondem aos atendimentos por agendamento.

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Os CRAS são responsáveis por oferecer serviços de proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, buscando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover a inclusão social e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade.

Os CRAS desempenham um papel fundamental no funcionamento do Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda direta do governo federal para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Além de ser uma porta de entrada para o cadastramento no programa, os CRAS também são responsáveis por acompanhar as famílias beneficiárias, realizar o acompanhamento familiar e fornecer orientações sobre a utilização adequada dos recursos recebidos.

A importância dos CRAS para o funcionamento do Programa Bolsa Família pode ser resumida em alguns pontos. Primeiro, os CRAS realizam o cadastramento das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, garantindo que aquelas em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao benefício. Segundo, eles fazem o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa, verificando se as condições de elegibilidade são mantidas ao longo do tempo. Terceiro, os CRAS têm a função de articular e integrar os beneficiários do Bolsa Família com outros serviços e programas sociais, como ações de saúde, educação, capacitação profissional, entre outros. Quarto, eles também atuam na mediação de conflitos familiares e na promoção do apoio social, oferecendo orientação e encaminhamento para serviços especializados, quando necessário.

Além de compreender, o PIBA visa qualificar as equipes dos CRAS, assim o Programa de Capacitação para maior qualidade na implementação dos recursos de Programas Sociais como o Programa Bolsa Família e o devido preenchimento do Cadastro Único. O programa justifica-se pois visa capacitar trabalhadores da administração pública dos municípios do Estado do Rio de Janeiro a fim de atualizar o banco de cadastro dos cidadãos beneficiários do programa bolsa família e atualização do cadastro único, e desta forma, otimizando o emprego dos recursos públicos disponibilizados.

Como produto, o Programa de Capacitação promoverá para maior qualidade na implementação dos recursos de Programas Sociais como o Programa Bolsa Família e o devido preenchimento do Cadastro Único. Especificamente para o período inicial, buscará a promoção cursos de capacitação para permitir a atualização de dados cadastrais dos beneficiários de Programas Sociais do Governo Federal.

Trazendo benefícios futuros como a melhoria da qualidade nas informações relacionadas ao programa bolsa família e do cadastro único para benefícios sociais do governo federal, bem como a avaliação de reação dos alunos quanto ao curso. Ademais, contará com análise da quantidade de municípios impactados, que aderirem ao programa de capacitação. Com a meta, inicialmente de alcance em média de 60% a 70% dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

6.4. Eixo 4: Interação com GPTE's

Este eixo vai se concentrar nas pesquisas e atividades de extensão dedicadas à interação com GPTE's ligados a coletividades tradicionais e rurais como membros de famílias indígenas, famílias quilombolas, famílias ciganas, famílias pertencente à comunidades de terreiro, famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias ribeirinhas, famílias de agricultores, famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário, famílias acampadas etc. Apesar de profundamente distintos, esses grupos compartilham algumas particularidades como tradições e práticas culturais específicas, o que demanda dos profissionais contratados alguns conhecimentos específicos sobre sua realidade.

De acordo com a legislação brasileira, são considerados indígenas aqueles que pertencem a uma das várias etnias reconhecidas no país e que preservam suas tradições

culturais, línguas, formas de organização social e relação com o território. Os indígenas têm direito à sua identidade étnica, à preservação de suas culturas, às terras que tradicionalmente ocupam e utilizam, bem como a políticas públicas específicas para sua proteção e desenvolvimento. Os indígenas urbanos, por seu turno, são definidos como os indígenas que residem em áreas urbanas, fora dos territórios tradicionais de suas etnias. A condição de indígena urbano não invalida sua identidade étnica e seus direitos como indígena. Mesmo vivendo em contextos urbanos, essas pessoas continuam a se reconhecer como parte de um grupo étnico específico, mantendo vínculos com sua cultura, língua e práticas tradicionais. A estimativa mais grosseira sugere que o município do Rio de Janeiro conta com uma população de cerca de 4mil indígenas autodeclarados a partir de projeções do IBGE.

Os quilombolas no Brasil são definidos como comunidades remanescentes de quilombos, que eram assentamentos formados por pessoas negras fugitivas do sistema escravista durante a época da escravidão no país. Os quilombos eram locais de resistência e autossuficiência, onde os quilombolas buscavam liberdade e preservação de sua cultura e identidade. A definição oficial de quilombola é estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Segundo essas normas, são considerados quilombolas os descendentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras tradicionais e que preservem suas tradições culturais, formas de organização social e relação com o território. O Rio de Janeiro abriga algumas comunidades quilombolas urbanas significativas, onde os quilombolas preservam sua cultura, tradições e identidade. Essas comunidades são reconhecidas como remanescentes de quilombos e estão empenhadas na luta pela preservação de seus territórios e direitos.

Afora esses dois grupos, o Rio de Janeiro possui uma substantiva população ligada às comunidades de terreiro, bem como de grupos rurais e semi-rurais. Todos esses grupos possuem particularidades geográficas e culturais, bem como vulnerabilidades específicas, que complexificam o seu acesso a programas sociais como o Bolsa Família. A ideia é que as equipes contratadas contenham pesquisadores e extensionistas especializados em cada uma dessas categorias para que o diagnóstico seja voltado às suas idiossincrasias.

Este eixo também buscará contemplar grupos urbanos em situação de vulnerabilidade social e que têm em comum a demanda por uma atenção integral mais ampla pela sua situação de moradia ou de saúde. Serão contempladas aqui as famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, famílias de

catadores de material reciclável, em especial a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil.

Novamente, estamos trabalhando com uma pluralidade enorme de grupos sociais, mas a intenção em incorporar à equipe uma série de pesquisadores e extensionistas que tenham alguma experiência prévia na atuação junto a esses grupos. Mais do que produzir um mapeamento geral dessas coletividades, nosso objetivo aqui é inventariar, sobretudo a partir de pesquisas qualitativas, as principais dificuldades enfrentadas por esses grupos quando o tema é o acesso ao PBF.

7. Produtos e Metas

- Nota Técnica Parcial “Hipóteses para as insuficiências do CadÚnico no Rio de Janeiro”
- Relatório “Diagnóstico Geral do Cadastro Único Rio de Janeiro”
- Relatório “Iniciativas bem-sucedidas de Busca Ativa”
- Seminário com lideranças do GPTE’s
- Cartilha para gestores públicos
- Planejamento e Promoção do Curso de Capacitação para Gestores
- Planejamento do Curso de Capacitação para Lideranças Locais
- Seminário com Apresentação dos Produtos Finais

8. Da Retribuição Pecuniária

Os valores pagos a cada participante do Projeto, com caráter de bolsa de estímulo à inovação (art. 30, §3º, Lei Estadual 9.809/2022), ficam sujeitos à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

Em conformidade com a AEDA 134/REITORIA/2022, a remuneração de servidores públicos no Projeto da UERJ deve ser realizada sob a forma de bolsa de inovação (arts. 30, §§3º e 4º e 37 da Lei Estadual 9.809/2022) ou adicional variável (art. 8º, §§2º e 3º, Lei Estadual 5.361/2008). Art. 17. A remuneração dos colaboradores extraquadro do serviço público deve ser realizada sob a forma de bolsa de inovação, se pertencente ao núcleo estruturante (art. 30, §3º, da Lei Estadual 9.809/2022), ou sob a forma de contrato temporário (art. 8º, §§4º a 7º, Lei Estadual 5.361/2008, incluídos pela Lei Estadual 9.255/2021, mantidos em vigor pelos vetos apostos à Lei 9.809/2022), se integrante do núcleo operacional ou de execução. Todas as bolsas, remunerações e adicionais deste projeto não configuram vínculo empregatício.

9. Da Seleção

9.1. Do Núcleo Estruturante

É o núcleo estratégico do projeto responsável pela direção e assessoramento superior. A contratação dos integrantes do Núcleo Estruturante se dará conforme o art. 8º, §4º da Lei nº 5.361/2008, bem como o previsto na seção atividades estratégicas e gerenciais da AEDA 134/2022 em seus artigos 22 a 26. Além desses requisitos, os seus integrantes são selecionados mediante análise de currículo e entrevista com a Coordenação do Projeto.

Para compor o Núcleo Estruturante do Projeto, o prestador deverá exercer atividades consideradas estratégicas e gerenciais que tenham como objetivo garantir a fiel execução do projeto, isto é, a fiscalização das atividades, a gestão de equipes e colaboradores, a realização das entregas, o cumprimento do objeto, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, garantindo produção acadêmico-científica, de acordo com os princípios de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, a gestão dos processos, atividades de assessoria e consultoria, a interlocução institucional e a prestação de contas, a consultoria e a análise de processos e situações para a boa tomada de decisões, entre outras atividades essenciais.

O Núcleo Estruturante será nomeado, pela Coordenação Geral, por meio de portaria, após a aprovação deste Plano de Trabalho por parte da Diretoria de Projetos Especiais – UERJ/Projetos, observados os requisitos previstos no item 07 deste e os critérios de seleção previstos neste item.

9.2. Dos Demais Colaboradores

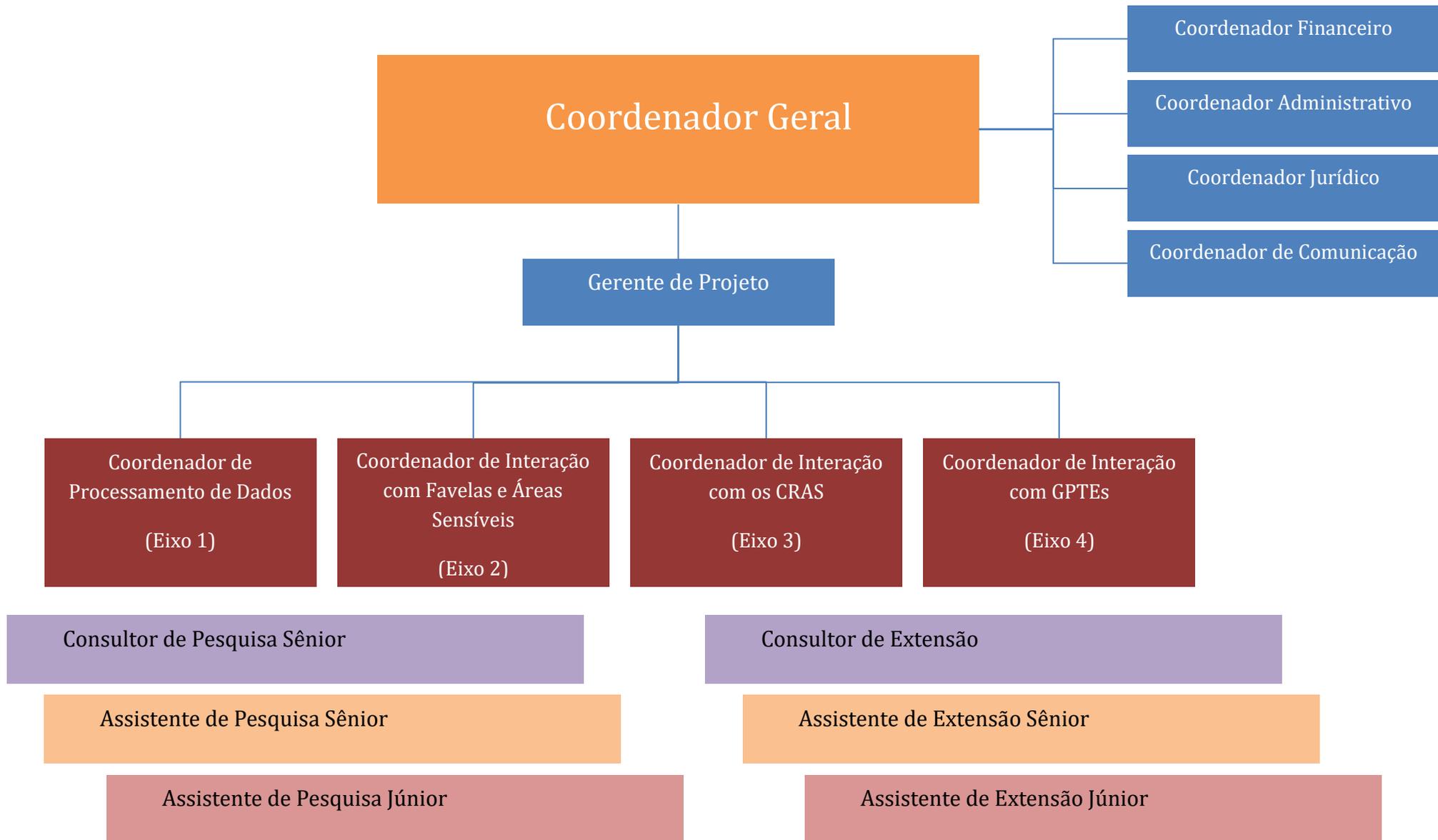
A seleção dos demais colaboradores participantes seguirá os artigos 18 a 21 da AEDA 134/REITORIA/2022. Serão selecionados por meio de processo seletivo simplificado realizado por edital público disponibilizado no site da UERJ ou de aviso público no site do ente ou órgão partícipe, site ou jornal especializado, ou devidamente documentado, nas regiões, territórios e localidades em que o projeto e as políticas públicas vierem a ser realizadas. Os critérios de seleção serão objetivos e respeitarão a publicidade, a impessoalidade, a universalidade e a isonomia.

Conforme o AEDA 134/REITORIA/2022 da UERJ, se os aprovados no processo seletivo forem extraquadro do serviço público, o vínculo deverá ser formalizado por meio de contrato temporário com a UERJ firmados por prazo determinado, limitado à duração do projeto, admitida a prorrogação do contrato em caso de prorrogação do projeto (art. 8º, §§4º a 7º, Lei Estadual nº 5.361/2008, incluídos pela Lei Estadual nº 9.255/2021, mantidos em vigor pelos vetos apostos à Lei nº 9.809/2022). No caso de servidores públicos aprovados serão observadas as regras constitucionais relativas à acumulação de cargos e funções públicas.

Prezando pela coerência com a perspectiva de educação trabalhada neste projeto, e considerando ainda a seleção simplificada mencionada no artigo 18 da AEDA 134/REITORIA/2022, o Projeto de Integração de Busca Ativa – PIBA realizará a seleção por meio de aplicação de provas (objetivas, discursivas ou de títulos), redação, análise de currículo e/ou entrevista. Os critérios serão identificados e justificados em edital a ser analisado e aprovado pela Procuradoria Geral da UERJ e publicizado pela coordenação geral do Projeto.

As remunerações fixadas neste Projeto estão baseadas na média de remuneração praticada no mercado para cada função listada abaixo. Além da compatibilidade de mercado, as remunerações atendem aos critérios de atratividade para a função, disponibilidade de tempo para execução de suas responsabilidades e atribuições de acordo com a complexidade exigida, experiência na função e senioridade.

10. Estrutura organizacional do Projeto



11. Dos Cargos, Funções, Requisitos e Atribuições

	Valor Unit	Unidades	Meses	Subtotal	Descrição
Núcleo Estruturante					
Coordenador Geral	R\$ 12.000,00	1	7	R\$ 84.000,00	Experiência em gestão de projetos. Professor Doutor da UERJ. Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além dos conhecimentos técnicos, deve ter liderança e vivência, capacidade de articulação e formação de parcerias com interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Sólidos conhecimentos da gestão pública. Responsável por viabilizar a execução das ações previstas. Administrar a alocação de pessoal, o acompanhamento dos relatórios de execução, prestação de contas e relatórios de execução.
Coordenador de Eixo	R\$ 8.000,00	4	7	R\$ 224.000,00	Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de articulação e formação de parcerias de interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Substituirá o Coordenador Geral nas suas ausências e o auxiliará na gestão das Coordenações e demais membros do Núcleo Estruturante. Reporta-se diretamente ao Coordenador Geral
Gerente de Projeto	R\$ 5.000,00	1	7	R\$ 35.000,00	Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, domínio no uso de aplicativos de gestão.

					Deve possuir conhecimento especializado na área da sua coordenação. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de técnica na gestão dos serviços. Reporta-se diretamente ao Coordenador Geral e orienta os coordenadores de eixo quanto às questões burocráticas.
Coordenadores Técnicos (Financeiro, Administrativo, Jurídico e de Comunicação)	R\$ 5.000,00	4	7	R\$ 120.000,00	Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de técnica na gestão dos serviços. Reporta-se diretamente ao Coordenador Geral e ao Gerente de Projeto, bem como aos coordenadores de eixo quanto às questões burocráticas.
Assessoria administrativa	R\$ 3.500,00	4	7	R\$ 98.000,00	Tem a função de auxiliar os coordenadores e gerentes em suas atividades específicas. Deve possuir formação e experiência condizente com sua área de atuação. Reporta-se diretamente ao seu coordenador imediato.
Assistentes técnicos	R\$ 1.500,00	5	7	R\$ 52.500,00	Tem a função de auxiliar os coordenadores e gerentes em suas atividades específicas. Deve possuir formação e experiência condizente com sua área de atuação. Reporta-se diretamente ao seu coordenador imediato.
Coordenadores de prática e estratégia de cadastro único (EIXO CAPACITAÇÃO E INTERAÇÃO COM OS CRAS)	R\$ 5.000,00	2	7	R\$ 70.000,00	Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de articulação e formação de parcerias de interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos

					serviços. Substituirá o coordenador de Eixo Integração com CRAS, além de ser responsável pela interlocução, junto com a coordenação geral, junto aos municípios.
Sub-coordenadoria de Assistência Social para integração (EIXO CAPACITAÇÃO E INTERAÇÃO COM OS CRAS)	R\$ 4.000,00	14	7	R\$ 392.000,00	Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos de assistência social voltada para o PBF e CadÚnico, deve ter liderança, vivência e capacidade de articulação e formação de parcerias de interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Auxiliará os coordenadores de prática de Eixo Integração com CRAS, além de ser responsável pela comunicação de todas as etapas junto com a coordenação geral, perante os municípios alcançados e monitoramento do Núcleo Associado.
Assessoria técnica	R\$ 3.500,00	2	7	R\$ 49.000,00	Suporte técnico para as atividades realizadas na capacitação
Núcleo Executivo					
Consultorias de Pesquisa	R\$ 10.000,00	10	1	R\$ 100.000,00	Curso superior completo e notório saber na área de consultoria para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores em tarefas específicas e na redação de relatórios focados.
Assistente de Pesquisa Sênior	R\$ 5.000,00	10	5	R\$ 250.000,00	Curso superior completo e notório saber na área de pesquisa para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores em tarefas estruturantes da pesquisa, tendo de redigir relatórios recorrentes sobre suas atividades.
Assistente de Pesquisa Junior	R\$ 2.000,00	10	5	R\$ 100.000,00	Curso superior em curso ou completo e interesse na área de pesquisa para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores e aos assistentes seniors em tarefas estruturantes da

					pesquisa, tendo de redigir relatórios recorrentes sobre suas atividades.
Consultorias de Extensão	R\$ 10.000,00	10	1	R\$ 100.000,00	Notório saber prático e experiência de liderança no tema de consultoria para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores em tarefas específicas e na relação com os grupos estudados.
Assistente de Extensão Sênior	R\$ 5.000,00	8	5	R\$ 200.000,00	Experiência na relação com o grupo contemplado pelo projeto. Atuará no auxílio aos coordenadores e assistentes seniors na relação com os grupos contemplados.
Assistente de Extensão Junior	R\$ 2.000,00	10	5	R\$ 100.000,00	Interesse no objeto do projeto e nos grupos contemplados. Atuará no auxílio aos coordenadores e assistentes seniors na relação com os grupos contemplados.
Produtos finais					
Desenho e diagramação de Cartilhas e Relatórios	R\$ 74.000,00	2	1	R\$ 148.000,00	Recurso para a concepção e diagramação das cartilhas e relatórios, a ser direcionado para pessoa jurídica especializada na tarefa.
SIDES: custos com materiais para a promoção do Seminário com experiências locais	R\$ 100.000,00	1	1	R\$ 100.000,00	Recurso para a organização do seminário, envolvendo todos os custos dos convidados, material de apoio e divulgação etc.
SIDES: custos com compra de material para Evento de apresentação do relatório final	R\$ 110.000,00	1	1	R\$ 110.000,00	Recurso para a organização do seminário, envolvendo todos os custos dos convidados, material de apoio e divulgação etc.
Contratação de coffee-break para o Evento	R\$ 40.000,00	1	1	R\$ 40.000,00	Contratação de pessoa jurídica conforme licitação ou dispensa, de acordo com as regras da lei de licitações vigente e a regulamentação da universidade
Montagem do curso de capacitação de gestores	R\$ 50.000,00	1	1	R\$ 50.000,00	Contratação de pessoa jurídica especializada nas diferentes etapas e produtos de formulação de um curso de capacitação

Montagem do curso de capacitação de lideranças locais	R\$ 50.000,00	1	1	R\$ 50.000,00	Contratação de pessoa jurídica especializada nas diferentes etapas e produtos de formulação de um curso de capacitação
Taxas e custos administrativos					
Custos com taxas patronais				R\$ 207.322,50	Cálculo de 21% de patronal a ser recolhido pelo INSS sobre toda a folha de pagamento. Contudo, quando se tratar de servidor público da UERJ o valor não será recolhido.
Encargos sociais (apenas contratos temporários)				R\$ 170.000,00	Encargos aproximados em 20% devido despesas de contratação de pessoal como férias, 13º, para a equipe de execução apenas.
5% de taxa administrativa (AEDA 134)	R\$ 150.000,00	1	1	R\$ 150.000,00	Apoio na administração e fiscalização dos Projetos, de 5% para a UERJ, prevista na AEDA 134/REITORIA/2022
				Total previsto	R\$ 2.999.822,50

12. Cronograma de Execução

Atividades	Meses	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Definição e Seleção da Equipe	X	X	X				
Treinamento e reuniões de organização	X	X	X	X	X	X	X	
Processamento dos dados quantitativos	X	X	X	X	X	X		
Nota Técnica “Hipóteses para insuficiências do CadÚnico”			X					
Relatório “Iniciativas bem-sucedidas de Busca Ativa”				X				
Início das pesquisas qualitativas			X	X	X	X	X	
Seminário com lideranças do GPTE’s						X		
Cartilha para gestores públicos	X	X	X	X	X	X	X	
Planejamento do Curso de Capacitação para Gestores	X	X	X	X	X	X	X	
Planejamento do Curso de Capacitação para Lideranças Locais							X	
Seminário com Apresentação dos Produtos Finais								X
Relatório “Diagnóstico Geral do Cadastro Único Rio de Janeiro”								X
Reuniões de planejamento e execução com as equipes	X	X	X	X	X	X	X	X
Análise dos riscos e impactos no projeto	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X

13. Riscos a serem considerados para a execução do projeto

Além das questões já mencionadas, as atividades do Projeto, em especial as ações de capacitação, podem ser afetadas por diversos fatores como a dificuldade de acesso tecnológico dos locais que receberão a capacitação, além da infra-estrutura do CRAS para receber as ações e produtos como o curso de capacitação, que podem impactar no cronograma previsto inicialmente para o projeto. Além da dificuldade na comunicação com os extensionistas devido a grande extensão territorial a ser abrangida. Para mitigar tais riscos, busca-se inicialmente a verificação dos locais a receberem o programa, com diálogo e verificação de possibilidades que permitam a diminuição dos riscos apontados.